



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ISABELLA FERNANDA SILVA PRAZERES**

**OS IMPACTOS DO RACISMO ESTRUTURAL DURANTE A PANDEMIA**  
**DOCORONAVÍRUS: UMA ANÁLISE DOS CASOS DO BRASIL E EUA.**

**JOÃO PESSOA**

**2023**

**ISABELLA FERNANDA SILVA PRAZERES**

**OS IMPACTOS DO RACISMO ESTRUTURAL DURANTE A PANDEMIA  
DO CORONAVÍRUS: UMA ANÁLISE DOS CASOS DO BRASIL E EUA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Curso de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) DA Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel(a) em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Ma. Mojana Vargas  
Correia daSilva

## Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação

P920i Prazeres, Isabella Fernanda Silva.

Os impactos do racismo estrutural durante a Pandemia Coronavírus: uma análise dos casos do Brasil e Estados Unidos / Isabella Fernanda Silva Prazeres. - João Pessoa, 2023.

45 f. : il.

Orientação: Mojana Vargas Correia da Silva.TCC (Graduação)  
- UFPB/CCSA.

1. Racismo estrutural. 2. Pandemia Covid-19. 3. Ações de organizações internacionais. 4. Atuação do governo do Brasil. 5. Atuação do governo dos Estados Unidos. I. Silva, Mojana Vargas Correia da. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

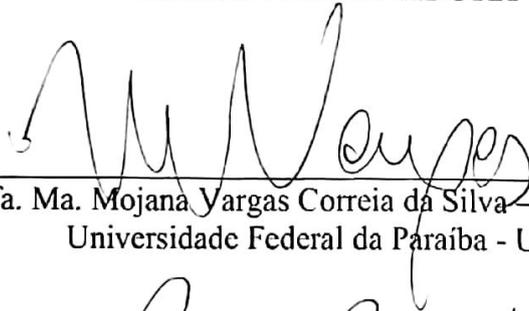
**ISABELLA FERNANDA SILVA PRAZERES**

**UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DO RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL E NOS  
EUA DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS**

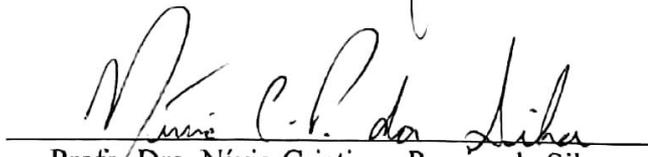
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Relações Internacionais do Centro  
de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB),  
como requisito parcial para obtenção do grau  
de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 06 de junho de 2023

**BANCA EXAMINADORA**



Profa. Ma. Mojana Vargas Correia da Silva - (Orientadora)  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Profa. Dra. Nívia Cristiane Pereira da Silva  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Henrique Zeferino de Menezes  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Dedico este trabalho a todos os meus familiares e amigos que sempre acreditaram em mim e me apoiaram ao longo da minha vida. Em especial, minha tia Aline Maria (*in memoriam*), sua partida recente me ensinou sobre a brevidade da vida terrena.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais, Daniela Prazeres e Flávio Prazeres, por todo apoio no momento que decidir sair de casa para iniciar a graduação na Paraíba, pelo constante incentivo aos meus sonhos, pelas conversas e risadas, pelos esforços para sempre proporcionar o melhor para mim e meu amado irmão Heitor Prazeres. Por mais que a distância tenha sido dolorosa, agradeço a eles por sempre estarem ao meu lado. Sem ambos, nada disso seria possível.

Ao meu parceiro Aluísio Neto, por me acompanhar nessa jornada acadêmica desde o meu primeiro período até a conclusão desse trabalho. Dividir a vida, os planos e a rotina com você é minha maior alegria.

Aos meus amigos e irmãos, Lays Leite, José Balbino, agradeço a amizade de longa data, por caminharem comigo na jornada acadêmica. Aos meus amigos e amigas de jornada pessoense.

Agradeço aos colegas da turma de relações étnico-raciais, esse trabalho é fruto das discussões em sala de aula. Fruto de conversas sobre nossas experiências pessoais e o contexto histórico que vivemos.

À minha orientadora Mojana Vargas, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

Em uma sociedade racista, não basta não ser  
racista, devemos ser antirracistas.

*Angela Davis*

## **RESUMO**

A pandemia do coronavírus evidenciou as disparidades de saúde, econômicas e educacionais, além do negacionismo governamental, destacando a necessidade de fortalecer as ações da Organização Mundial da Saúde e da Organização das Nações Unidas. Este trabalho tem o intuito de abordar a necessidade de aumentar os estudos voltados para as relações entre raça, racismo, regimes internacionais e saúde, pois a mobilização e conscientização coletiva são fundamentais para enfrentar o racismo estrutural e promover uma sociedade mais igualitária, visto que nos Estados Unidos e no Brasil a população negra foi especialmente afetada pela doença, devido à maior exposição ao vírus, a dificuldade de acesso à saúde e as desigualdades socioeconômicas.

**Palavras-chave:** Pandemia; Coronavírus; Racismo estrutural; Organizações Internacionais.

## **ABSTRACT**

The pandemic of coronavirus highlighted health, economic and educational disparities, in addition to the government denialism, highlighting the need to strengthen the actions of the World Health Organization and the Organization of the United Nations. This work aims to address the need to increase studies focused on the relationship between race, racism, international organizations and health, because mobilization and collective awareness are fundamental to confront structural racism and promote a more equal society, since in the United States and Brazil the black population was especially affected by the disease, due to greater exposure to the virus, difficulty in accessing health care and socioeconomic inequalities.

**Keywords:** Pandemic; Coronavirus; Structural racism; International Organizations.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Dimensões do racismo por Jones, 2013.....	21
<b>Figura 2</b> – Os Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) .....	28
<b>Figura 3</b> – Notícia da primeira morte por COVID-19 no Brasil.....	34
<b>Figura 4</b> – Negros morrem mais por Covid-19 devido ao racismo .....	35

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ONU** - Organizações Das Nações Unidas

**OMS** - Organização Mundial da Saúde

**ODS** - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

**SUS** - Sistema Unificado de Saúde

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1 RAÇA E RACISMO .....</b>	<b>15</b>
1.1 A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO COMBATE AO RACISMO....	21
<b>2 A ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS NA PANDEMIA...</b>	<b>24</b>
2.1 O OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 10 (ODS 10) .....	28
2.2 AS AGÊNCIAS REGIONAIS.....	29
<b>3 BRASIL VS. ESTADOS UNIDOS.....</b>	<b>31</b>
3.1 A ATUAÇÃO DOS GOVERNOS.....	37
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>

## INTRODUÇÃO

Em março de 2020, foi declarado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a pandemia de coronavírus (COVID-19). O anúncio veio acompanhado de medidas sanitárias e de segurança, acompanhado também de instruções aos chefes de Estados para o combate em suas respectivas regiões. O coronavírus trouxe consigo não apenas um impacto sanitário global, mas também evidenciou as profundas desigualdades sociais e raciais existentes na sociedade contemporânea.

Nesse contexto, o presente trabalho de conclusão de curso propõe uma breve análise dos impactos do racismo estrutural no Brasil e nos Estados Unidos durante a pandemia do coronavírus através de uma pesquisa qualitativa exploratória, na qual busca gerar insumos para o crescimento desse debate no meio acadêmico.

No Brasil, a colonização iniciada pelos portugueses no século XVI teve como base o sistema de exploração econômica, com destaque para a produção de açúcar e posteriormente para a mineração. Esse modelo colonial foi fundamentado na escravidão africana, que trouxe uma influência significativa na composição étnica e cultural da população brasileira. O Brasil foi o maior receptor de escravos africanos no continente americano, o que resultou em uma sociedade profundamente marcada pelo racismo e desigualdades étnico-raciais até os dias de hoje. Já nos Estados Unidos, a colonização teve início no século XVI, principalmente por meio de colônias de povoamento. Os colonizadores britânicos estabeleceram colônias agrícolas ao longo da costa leste, onde cultivavam tabaco, algodão e outros produtos. Nesse contexto, houve envolvimento direto na escravidão africana, principalmente no sul do país, com uma economia agrária baseada no trabalho escravo. O legado da escravidão nos Estados Unidos também gerou profundas desigualdades raciais, que persistem até hoje, mesmo após o fim da escravidão.

Com melhores definições de termos, entende-se por racismo estrutural um conjunto de práticas, políticas e crenças arraigadas na sociedade, que tem perpetuado a marginalização e a discriminação de grupos étnico-raciais minoritários ao longo da construção social devido a uma herança colonial. Onde os processos de colonização no Brasil e nos Estados Unidos foram marcados por características distintas, mas apesar disso ambos tiveram profundos impactos na formação histórica, social e cultural desses países. E a consequência, é uma série de atitudes e falas discriminatórias e violentas de uma herança colonial e racista.

Durante a pandemia, essa estrutura social preexistente foi agravada, afetando de

forma desproporcional os indivíduos pertencentes a esses grupos. No Brasil, país marcado pela diversidade étnica, o racismo estrutural manifesta-se de diversas maneiras. A população negra, majoritária no país, enfrenta maiores dificuldades no acesso à saúde, ao mercado de trabalho à educação, dentre outros aspectos. A pandemia escancarou tais disparidades, com altas taxas de contágio e óbitos entre a população negra, além do agravamento das condições socioeconômicas. Tais dados serão explorados no último capítulo. Nos Estados Unidos, o racismo estrutural também se faz presente de forma intensa, onde a comunidade negra também enfrenta disparidades significativas em áreas como saúde, moradia e segurança. Devido a isso, durante a pandemia, observou-se uma maior taxa de infecção e mortalidade entre os afro-americanos, bem como a ampliação das desigualdades socioeconômicas.

No primeiro capítulo desse trabalho, busca-se compreender como se deu os processos de colonização que não esteve limitado apenas à exploração econômica e à escravidão, mas também influenciando aspectos como a língua, a religião, a cultura e a organização política dos dois países. Construindo um aparato histórico sobre a construção do racismo ao longo dos séculos, e compreendendo as definições de racismo. No segundo capítulo, a construção do combate ao racismo dentro das Organizações Internacionais, e atuação desses organismos no período pandêmico. Tendo em vista que as Nações Unidas estão relacionadas com os temas de saúde e raça. No último capítulo, será feito uma análise dos dois países envolvidos no debate para que seja possível compreender como os governos lideram com seus respectivos países durante um período de crime sanitária mundial.

Para a construção desse trabalho, será usada a pesquisa qualitativa exploratória, e serão exploradas pesquisas acadêmicas, dados estatísticos e relatórios de organizações internacionais, a fim de fornecer uma análise crítica e embasada sobre o tema. Serão usados autores como Anibal Quijano (2005), Silvio Almeida (2019), Clóvis Moura (1985), Lelia Gonzalez (1985), Angela Davis (2022), entre outros para embasar o debate racial. Por meio dessa análise, espera-se contribuir para a conscientização sobre a urgência de se combater o racismo estrutural, não apenas como uma questão social, mas também como um fator determinante para a saúde pública e a justiça social. A compreensão desses impactos durante a pandemia pode auxiliar na formulação de políticas e ações que visem a redução das desigualdades raciais e a promoção da equidade em ambos os países.

## 1 RAÇA E RACISMO

"Cuidado, meu corpo e minha alma, cuidado acima de tudo em cruzar os braços e assumir a atitude estéril do espectador, porque a vida não é um espetáculo, um mar de tristezas não é um prosscênio, e um homem que lamenta não é um urso dançarino."

(CESAIRE, 1969)

As questões raciais tem sido, desde o início da colonização no século XV, um debate central na história. As pessoas têm sido divididas em grupos com base em sua aparência física, e essas categorias raciais foram frequentemente usadas para justificar a discriminação e a opressão de certos grupos. O racismo, ou a crença na superioridade de uma raça sobre as outras, tem sido uma força poderosa na história da humanidade, e tem sido usado para justificar a escravidão, o colonialismo, o genocídio e outras formas de opressão ao longo dos séculos.

No contexto brasileiro, a produção e disseminação de conhecimentos gerais que são amplamente aceitas está diretamente relacionada a um sistema de poder que é estabelecido com base em debates racial, sejam por diferentes graus de escolaridade até notícias em um geral. Este sistema é caracterizado pela predominância de brancos em todas as esferas de poder da sociedade. As novas identidades históricas produzidas sobre a idéia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se (QUIJANO, 2005). A compreensão da conexão entre racismo e epistemicídio é essencial iniciar com a discussão breve da teoria da colonialidade do poder de Aníbal Quijano. Sabe-se que a combinação de poder e política europeia, especialmente apoiada pela epistemologia conservadora dominante, tem influência opressiva. O que se identifica no processo colonizador é a imposição do domínio dos corpos pelo patriarcado, pelo machismo, pela imposição de um modelo e uma lógica de exploração do trabalho e da natureza. Trata-se de uma domesticação e de uma colonização do modo de ser da população escravizada.

A colonização nos EUA, iniciada através dos ingleses, teve início no século XVII, quando os primeiros colonizadores europeus estabeleceram assentamentos permanentes na região. As colônias originais foram estabelecidas principalmente por colonos ingleses, embora também tenha havido colonização francesa, espanhola e holandesa. A escravidão desempenhou um papel complexo no processo de independência dos Estados Unidos. Enquanto as colônias americanas buscavam se libertar do domínio britânico e estabelecer sua independência, a questão da escravidão representou uma tensão significativa entre os ideais de liberdade e igualdade proclamados e a realidade da escravidão institucionalizada.

Durante o período que antecedeu a Guerra da Independência dos Estados Unidos, o movimento abolicionista começou a ganhar força em algumas partes das colônias. Muitos líderes da Revolução Americana, como Thomas Jefferson<sup>1</sup> e George Washington<sup>2</sup>, expressaram opiniões contraditórias sobre a escravidão, reconhecendo a contradição entre a busca da independência e a manutenção de um sistema escravista. A Declaração de Independência, afirmava que "todos os homens são criados iguais" e tinham direito à "vida, liberdade e busca da felicidade". No entanto, esses princípios não foram aplicados a todos os habitantes das colônias, incluindo a população escravizada. A escravidão continuou a ser uma questão central nas décadas seguintes à independência. No início do século XIX, houve um aumento do movimento abolicionista nos Estados Unidos, com ativistas e reformadores trabalhando para acabar com a escravidão.

Ambos os países enfrentaram desafios relacionados à resistência dos povos indígenas que habitavam as terras antes da colonização, com graves consequências para essas populações nativas. Vale ressaltar que os processos de colonização não se limitaram apenas à exploração econômica e à escravidão, mas também influenciaram aspectos como a língua, a religião, a cultura e a organização política dos dois países. As heranças coloniais continuam presentes na estrutura social e nas relações étnico-raciais, desafiando ambos a enfrentarem questões relacionadas à igualdade, justiça e inclusão.

---

<sup>1</sup> **Thomas Jefferson** (1743 – 1826) foi o terceiro presidente dos Estados Unidos (1801-1809) e o principal autor da declaração de independência (1776) dos Estados Unidos. Jefferson foi um dos mais influentes *Founding Fathers* (os "Pais Fundadores" da nação), conhecido pela sua promoção dos ideais do republicanismo nos Estados Unidos. Visualizava o país como a força por trás de um grande "Império de Liberdade" que promoveria o republicanismo e poderia combater o imperialismo britânico.

<sup>2</sup> **George Washington** (1732 – 1799) foi um líder político, militar e estadista norte-americano. Um dos Pais Fundadores dos Estados Unidos, foi o primeiro presidente daquele país de 1789 a 1797. Presidiu a Convenção Constitucional de 1787, que elaborou a Constituição e estabeleceu o governo federal. Washington foi denominado o "Pai da Pátria" por conta de sua liderança na formação dos Estados Unidos.

As críticas às raízes da construção do racismo tomam maiores dimensões a partir de uma crítica ao chamado *mito da modernidade*, especialmente por meio da contribuição do peruano Aníbal Quijano (1930-2018), onde o pensamento decolonial reconheceu em seu estudo sobre os processos de colonização vínculo entre o processo de colonização e o desenvolvimento da economia na América Latina e Africana. Como resultado, as realidades brasileira, latino-americana e africana são marcadas por uma desigualdade estrutural relacionada à formação social colonial, escravocrata e patriarcal, que reproduz e aprofunda as expressões da desigualdade de gênero, de classe, étnico-racial, além dos ciclos de totalitarismose conflitos, que contribuíram para o enraizamento da cultura de violência e do ódio.

Nesse sentido, a abordagem decolonial reconhece que a economia na América não pode ser entendida sem levar em conta o impacto do colonialismo e da escravidão. Logo, é possível entender que o desenvolvimento econômico no continente foi marcado por desigualdades profundas que se originaram no sistema colonial, e que ainda afetam a região da América Latina de mais dura. Além disso, a abordagem decolonial também enfatiza a importância de ouvir as vozes e perspectivas dos povos indígenas, negros, mulheres e outros grupos marginalizados na América, que foram historicamente excluídos do processo de desenvolvimento econômico e político de seus próprios territórios.

Charles Mills, em seu livro *The Racial Contract* (1997), argumenta que a ideologia do racismo é uma construção social que beneficia os grupos brancos dominantes, permitindo-lhes manter o controle sobre as estruturas políticas, econômicas e culturais. Assim, é possível afirmar que segundo as perspectivas analisadas por ele, existe uma construção simbólica e violenta em torno da noção de raça que é tão forte que afeta diferentes gerações dos povos colonizados. Como identidades raciais tornaram-se identidades sociais quando foram associadas com valores éticos/morais, noções de bem e mal, de inferioridade e superioridade que caracterizaram o discurso justificador da colonização e da colonialidade (QUIJANO, 2005). Entendendo que esses colonizadores impuseram sua cultura e seus valores às populações colonizadas, impondo assim uma assimetria cultural e econômica que persiste até os dias de hoje. Embora o colonialismo tenha terminado oficialmente em grande parte do mundo, o legado dessas ideias de diferenciação e estratificação social ainda é visível em muitas sociedades. A hegemonia Euro-norte-americana é uma realidade em muitas áreas, como na política, na cultura e na

educação, nas quais as ideias e os valores europeus e norte-americanos são frequentemente considerados superiores aos de outras culturas. É importante reconhecer esse legado colonial e enfrentar os desafios de mudar as estruturas e ideologias que perpetuam desigualdade e a injustiça nos dias atuais.

Entendendo que os estudos raciais vão além das análises da teoria colonial e decolonial, busca-se aprofundar nesse trabalho algumas das perspectivas sociais através de teorias que estudam as maneiras que pessoas não-brancas são alocadas na sociedade, e como as relações étnico-raciais são entendidas no mundo. Uma delas é a teoria das classes dominantes, na qual é um dos principais conceitos da sociologia e das ciências políticas para compreender a dinâmica do poder nas sociedades modernas. De maneira geral, segundo estudos marxistas conhecido como “*Manifesto do Partido Comunista*”, desenvolvidos por Karl Marx e Friedrich Engels (1990) no século XIX essa teoria afirma que as sociedades são organizadas em torno de classes sociais que competem pelo controle dos recursos econômicos, políticos e culturais. “A história de toda a sociedade até hoje é a história de lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestres e companheiros, numa palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação (*Umgestaltung*) revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta” (MARX, ENGELS, 1948). Sendo assim, a classe dominante é aquela que controla os principais recursos de uma sociedade. Isso significa que essa classe possui poder econômico, político e cultural, e utiliza esse poder para manter sua posição privilegiada e perpetuar sua dominação sobre as classes subalternas. Sendo assim, na perspectiva de Karl Marx (1948), por pesquisar a sociedade burguesa e a estrutura do capital, a classe dominante é a burguesia, que detém os meios de produção e controla o processo de acumulação de capital.

Através dessa recapitulação histórica de teorias originárias, a intenção desse estudo é compreender como se deu a construção do racismo estrutural partir das questões de raça no desenvolvimento da sociedade e os seus reflexos. “Enquanto a questão negra não for assumida pela sociedade brasileira como um todo: negros, brancos e nós todos juntos refletirmos, avaliarmos, desenvolvermos uma práxis de conscientização da questão da discriminação racial nesse país, vai ser muito difícil no Brasil, chegar ao ponto de efetivamente ser uma democracia racial. No lastro do todo das questões que estão colocadas, o que se percebe é que estamos num país em que as classes dominantes, os donos do poder e

os intelectuais a serviço dessas classes, efetivamente, não abrem mão. Eles não estão a fim de desenvolver um trabalho no sentido da construção de uma nacionalidade brasileira; nacionalidade esta que implicará efetivamente na incorporação da cultura negra” (GONZALEZ, 1985).

Sendo assim, compreende-se que as variações das percepções de raça na sociedade aprimoram os estudos a respeito da construção do racismo dentro da política, da saúde e das relações sociais diversas. Logo, buscando um diálogo cada vez mais atual acerca da evolução dos debates que cercam os tipos de racismo que existem na história da humanidade. Partindo do princípio, que devido a construção da sociedade atual ser carregado - historicamente – de discriminação, violência e intolerância contra povos não- brancos, estamos enraizados em atitudes e discursos coloniais que atingem uma grande massa de pessoas. Contudo, é importante destacar que o racismo não se manifesta apenas através de atitudes isoladas, mas também de forma estrutural na sociedade.

No intuito de tornar o debate mais contemporâneo, julgo relevante os estudos do atual Ministro de Direitos Humanos, Silvio Almeida<sup>3</sup> (2019), no qual disserta em seu livro “Racismo Estrutural” que o racismo estrutural não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça. As instituições, como escolas, empresas, órgãos governamentais, sistemas de justiça, sistemas de saúde, entre outras, são parte fundamental dessa estrutura, pois moldam as relações sociais e, conseqüentemente, afetam as oportunidades e condições de vida de diferentes grupos raciais. Ademais, Silvio Almeida (2019) discute a relação entre racismo e capitalismo, argumentando que o racismo é uma forma de opressão que está profundamente enraizada nas estruturas econômicas e políticas do capitalismo global.

Dessa forma, Almeida também destaca a importância da ação coletiva e da solidariedade entre diferentes grupos de luta social para enfrentar essas desigualdades e construir uma sociedade mais justa e inclusiva. Sendo assim, a teoria das classes dominantes e o racismo estrutural estão interconectados, pois ambos são aspectos fundamentais do sistema capitalista e da ordem social hierarquizada em que vivemos. Essa argumenta que a classe dominante controla a economia e a política, e usa esse poder para manter sua posição de privilégio e dominação sobre as classes subalternas. Isso pode ser visto na forma como as

---

<sup>3</sup> Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil no Governo Lula (2023)

elites econômicas e políticas exercem controle sobre os recursos e as instituições, criando e mantendo desigualdades sociais profundas. A conexão entre a teoria das classes dominantes e o racismo estrutural é que a classe dominante usa o racismo como uma das ferramentas para manter seu poder e privilégio.

O racismo é usado para dividir e enfraquecer as classes subalternas, mantendo as pessoas de diferentes raças em conflito e competição, em vez de unidas contra a exploração e a opressão. Isso pode ser visto, por exemplo, na falta de acesso à educação de qualidade para determinados grupos raciais, na dificuldade de acesso a empregos bem remunerados, na criminalização e encarceramento em massa de pessoas negras, entre outros exemplos, gerando grandes consequências no período pandêmico que será mais explorado no próximo capítulo. O sociólogo e escritor negro Clóvis Moura, levanta algumas discussões sobre as diversas formas de sua atuação do racismo, seu significado e sua função vem sempre acompanhada de uma carga emocional, onde isso demonstra como a polêmica que se monta em torno de seu significado transcende em muito as questões acadêmicas, para atingir um significado mais abrangente, da ideologia de dominação. Em sua obra “Sociologia do Negro Brasileiro”, Moura (1954) argumenta que, a ideologia de dominação é construída e mantida pelas elites dominantes, que buscam justificar a exploração e a subordinação dos grupos subalternos, incluindo os negros. Essa ideologia se manifesta em diversas esferas da sociedade, desde a cultura até as instituições políticas e econômicas.

Sendo assim, conclui-se através das análises de autores anteriormente citados que, o racismo é uma das armas ideológicas do capitalismo. Assim, “(...) o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros, a função assassina do Estado só pode ser assegurada desde que o Estado funcione, no modo do biopoder, pelo racismo” (Foucault, 2002, p. 306). As dimensões de discriminação racial podem ser vistas através da análise de Jones (2013), onde é possível revisitar os debates iniciais desse capítulo e compreender como os estudos refletem a realidade nas consequências de cada ação.

**Figura 1** – Dimensões do racismo por Jones, 2013



Fonte: Racismo Institucional e Saúde da População Negra (Werneck, 2016, p.542).

Segundo Jones (2013), essas são definições importantes de diferentes tipos de racismo apresentados no estudo de Werneck (2016), o racismo internalizado traduz a “aceitação” dos padrões racistas pelos indivíduos, incorporando visões e estigmas. O racismo interpessoal se expressa em preconceito e discriminação, condutas intencionais ou não entre pessoas. Já o racismo institucional (RI), que possivelmente é a dimensão mais negligenciada do racismo, desloca-se da dimensão individual e instaura a dimensão estrutural, correspondendo a formas organizativas, políticas, práticas e normas que resultam em tratamentos e resultados desiguais. Sendo assim, a desigualdade social tem relação direta com os impactos sociais da Covid-19 pelo fato que com a pandemia causada pelo novo coronavírus o mundo passou por uma grave crise econômica, aumentando drasticamente a diferença social entre ricos e pobres (SANCHES et al., 2020).

Nesse sentido, busca-se compreender como o diálogo internacional dentro dos países foi desenvolvido para combater as diversas faces do racismo e discriminações? Para isso, analisaremos a ação dos principais órgãos internacionais durante a pandemia do coronavírus. Compreendendo inicialmente a atuação das Nações Unidas.

## 1.1 A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO COMBATE AO RACISMO

Buscando através dessa seção fazer uma breve análise sobre a inicial atuação da

ONU, para que a discussão sobre desenvolvimento desse assunto faça sentido, é preciso admitir que o papel social, ideológico e político do racismo mostra a força permanente dele na sociedade através de uma análise ambígua. Logo, é necessário reconhecer que o racismo é uma questão complexa que envolve não apenas aspectos individuais, mas também sociais, ideológicos, políticos e sanitários. O racismo pode ser definido como a crença na superioridade ou inferioridade de determinadas raças em relação às outras, o que pode levar à discriminação, preconceito e exclusão social. É reconhecendo essas ambiguidades que, busca-se compreender como a Organização das Nações Unidas (ONU) trabalha em combate ao racismo e a discriminação racial.

No ano de 1978, motivada pelo combate ao regime do *apartheid*, a Organização das Nações Unidas (ONU) iniciou sua atuação voltada contra o racismo e a discriminação racial através da I Conferência Mundial em Combate ao Racismo e a Discriminação Racial. Essa conferência mundial e a posterior em 1983, ambas realizadas em Genebra, respectivamente, destacam a importância histórica dessas reuniões na luta contra o racismo e a discriminação racial. Apesar disso, foi apenas no ano de 2001 que houve uma significativa mudança no posicionamento sobre o assunto. A III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, também conhecida como Conferência de Durban, ocorreu em 2001, na cidade de Durban, África do Sul. O objetivo da conferência era discutir e propor soluções para a luta contra o racismo e outras formas de discriminação, bem como para promover a igualdade e a inclusão social em todo o mundo.

A conferência reuniu líderes políticos, organizações não-governamentais, grupos de defesa dos direitos humanos e outros representantes da sociedade civil de vários países. Durante a conferência, foram adotadas várias resoluções, incluindo a criação de um plano de ação para combater o racismo e outras formas de discriminação, a promoção da igualdade racial e a proteção dos direitos humanos. Além disso, a conferência também abordou questões como a escravidão e o colonialismo, reconhecendo a sua influência na atualidade. Compreende-se que essa atuação, seja não apenas em conferências de debates raciais, mas também a atuação de suas agências internacionais. A realização dessa Conferência (na qual a saúde da população negra recebeu formulações interessantes, especialmente durante seu componente regional, ou seja, na Conferência das Américas realizada em Santiago, Chile) e sua Declaração e Plano de Ação criaram as condições para que se desse mais um passo em direção à construção de propostas para a atenção à saúde da população negra no Brasil (Werneck, 2016). Ao contrário do ocorrido em 1993, na Conferência de Viena, quando, em geral, ajudavam a formular linguagem conducente ao consenso, em Durban, países

ocidentais frequentemente assumiram posições “bizantinas”, com propostas de alterações ridículas para os textos mais anódinos, como se quisessem deixar clara sua antipatia pela Conferência (ALVES, 2002).

Levando em consideração essa atuação, iremos explorar no próximo capítulo a respeito da atuação da ONU e da OMS durante a pandemia, buscando entender como se deram suas ações e políticas de proteção a saúde da sociedade. Conectando a forma de atuação contra o racismo e os avanços no controle da redução da desigualdade racial.

## 2 A ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS NA PANDEMIA

A noção de “raça” constitui-se como uma construção mental que serviu para dividir e organizar a sociedade em níveis e estabelecer hierarquias, relações de poder entre os povos superiores e inferiores.

(QUIJANO, 2005).

Cabe questionar, então, se realmente não havia ninguém pensando nessa relação entre raça, racismo, regimes internacional e saúde. Mais uma vez, as ausências de debates nas narrativas oficiais a respeito dos impactos da discriminação racial a nível internacional, reforçam a necessidade de estudos mais específicos sobre o debate. Convém aqui invocar o legado de W. E. Du Bois, contemporâneo ao surgimento das Relações Internacionais enquanto disciplina acadêmica, e que, entretanto, é sistematicamente apagado da narrativa dominante sobre a fundação da área (ZUCATTO, 2020). Seguindo as experiências e reflexões dos africanos escravizados na América do Norte e as consequências da luta pela libertação, Du Bois defendia que o desafio da política internacional reside na linha global da cor, que separa as raças mais escuras das mais claras.

Sendo assim, a Organização das Nações Unidas (ONU), como exposto na seção anterior, segue com o posicionamento público de ser contra a discriminação racial e busca promover políticas públicas que garantam a igualdade de oportunidades para as populações negras e outras minorias étnicas. Essa atuação foi acompanhada por estudiosos durante o período da pandemia do coronavírus. Nesse capítulo, busca-se relacionar as teorias raciais vistas ao longo desse trabalho e como as tomadas de decisões nos países foram generalistas em relação a coletade dados oficiais que possam ser usados para análises futuras desses órgãos, mostrando que não houve um controle eficiente para comprovar a atuação internacional em proteção a população negra. É importante ressaltar que, o racismo é um regime de opressão que serve para avaliar determinados grupos da disputa pelo poder e da distribuição de recursos (SCHUCMAN, 2012).

Apesar das iniciativas da Organização das Nações Unidas em combate ao racismo durante a pandemia da Covid-19, a organização enfrenta desafios significativos na promoção da igualdade racial em todo o mundo. Um dos principais desafios é a falta de abertura

política dos países em combater o racismo e outras formas de discriminação. Muitos países ainda resistem em adotar políticas públicas efetivas em combate ao racismo, o que compromete a eficácia das iniciativas da ONU. Outro desafio importante diz respeito à falta de recursos financeiros para promover a igualdade racial em todo o mundo. A ONU depende de recursos financeiros dos países membros para promover suas iniciativas em combate ao racismo, o que muitas vezes limita a capacidade da organização em promover mudanças significativas. Outra iniciativa importante é o fortalecimento da cooperação internacional em combate ao racismo. Dessa maneira, tem-se buscado promover o diálogo e a cooperação entre os países para combater o racismo e outras formas de discriminação. Além disso, a organização tem desenvolvido campanhas de conscientização e mobilização social para combater o racismo em todo o mundo.

Outra organização internacional integrante da ONU e com princípio de cooperação internacional, é a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma agência especializada das Nações Unidas que tem como objetivo promover a saúde em todo o mundo, definido em seu estatuto como "o mais alto nível possível de saúde para todos os povos"<sup>4</sup>. A OMS trabalha em estreita colaboração com governos e outras organizações para desenvolver políticas e programas de saúde, prestar assistência técnica, fornecer informações e liderar a resposta global a surtos de doenças. Além disso, a OMS é responsável por coordenar e orientar a pesquisa em saúde em todo o mundo, estabelecer normas e padrões em saúde e monitorar e avaliar as tendências e padrões de saúde globalmente.

Na América Latina, durante a pandemia de COVID-19 foi bastante significativa a atuação da OMS, uma vez que a região foi uma das mais afetadas pela doença em todo o mundo. A Organização Mundial de Saúde trabalhou em estreita colaboração com os governos nacionais e organizações de saúde em toda a região para ajudar a coordenar e orientar a resposta à pandemia. Entre as ações, destacam-se:

1. Forneceu orientações e diretrizes sobre a prevenção e controle da COVID-19, bem como informações atualizadas sobre o surto;
2. Apoiar a implementação de medidas de saúde pública, incluindo o rastreamento de contatos, testes e tratamento de pacientes;
3. Fornecer assistência técnica e logística aos governos nacionais para garantir a disponibilidade de equipamentos de proteção individual e outros suprimentos

---

<sup>4</sup> Fonte: <https://www.who.int/our-work>

médicos necessários; facilitar a troca de informações e experiências entre os países da região para promover a aprendizagem mútua e a melhoria contínua da resposta à pandemia.

4. Além disso, a OMS trabalhou em estreita colaboração com outras agências das Nações Unidas e organizações internacionais para coordenar a resposta global à pandemia, incluindo a distribuição equitativa de vacinas e a promoção da cooperação internacional em pesquisa e desenvolvimento de medicamentos.

No entanto, é importante destacar que a pandemia de COVID-19 expôs algumas das limitações e desafios enfrentados pela região, incluindo desigualdades sociais e econômicas, infraestrutura inadequada de saúde e falta de recursos financeiros para investir em sistemas de saúde mais robustos. Isso são consequência de um território que foi colonizado e que perdeu sua essência como cultura, tornando uma sociedade dependente de grandes potências.

Consequentemente, a OMS, como a principal agência de saúde da ONU, liderou a resposta global à pandemia, fornecendo orientações e recomendações científicas baseadas em evidências sobre prevenção, diagnóstico, tratamento e controle da COVID-19. A OMS também coordenou a cooperação internacional para desenvolver e distribuir vacinas para países de baixa e média renda. Ademais, a ONU trabalhou em estreita colaboração com governos nacionais, organizações regionais e outras partes interessadas para ajudar a enfrentar os desafios econômicos, sociais e humanitários decorrentes da pandemia. A ONU mobilizou recursos financeiros e humanos para ajudar os países a lidar com a crise, especialmente os mais afetados pela Covid-19. No entanto, a atuação da ONU e da OMS na pandemia também foi criticada em alguns aspectos, uma das críticas foi a lentidão na resposta inicial à pandemia, com a OMS tendo declarado apenas em março de 2020 a situação de pandemia global, mesmo diante dos primeiros sinais de surtos em diversos países, como o Brasil e os Estados Unidos, devido a forma desproporcional que populações negras e indígenas foram afetadas.

Sendo assim, a Organização Mundial de Saúde, apesar de não ter como uma de suas principais áreas de atuação o combate ao racismo e/ou a discriminação racial, reconhece que a discriminação racial provinda do racismo estrutural pode ter impactos significativos na saúde das pessoas. Dessa forma, a OMS constrói o racismo como um dos determinantes sociais do processo de adoecimento e morte. "O racismo não só é responsável por doenças e mortes, mas também por uma vida de dor, medo e angústia para as pessoas racializadas"

(Jones, 2000). A comprovação disso está na cartilha intitulada como “População negra e a COVID-19”, que foi desenvolvida por ativistas negras (os) e pesquisadores em saúde pública no Grupo de Trabalho (GT) “Racismo e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva” (Abrasco), vêm apontando que o racismo institucional cria piores resultados para a saúde da população negra brasileira. No do período pandêmico, as informações sobre o número de casos de infecção pelo vírus e de mortes decorrentes da doença eram disponibilizadas sem qualquer referência à cor ou raça das pessoas afetadas.

Apesar disso, desde os primeiros casos da covid-19, tem sido observado que as pessoas negras e de outras minorias étnicas têm uma maior probabilidade de serem infectadas pelo vírus e de desenvolverem complicações graves, incluindo a morte. Isso é devido, a essa população experimenta taxas mais altas de doenças crônicas como: diabetes, pressão alta, problemas respiratórios e renais, isso tudo devido à insegurança alimentar e ao acesso inadequado a medicamentos. Não apenas doenças físicas e sanguíneas, mas estudos nos Estados Unidos comprovam que vivenciar racismo no cotidiano afeta os hormônios do estresse e reduzem a capacidade do corpo produzir anticorpos para a imunidade. Como consequência, o corpo não consegue combater as doenças e muito menos a infecção pela coronavírus.

## **2.1 O OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 10 (ODS 10)**

A agenda, formulada a partir da experiência com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), vigentes entre 2000 e 2015, avança em diversos sentidos, inclusive na quantidade de objetivos propostos e na diversidade de áreas temáticas de que trata. Os objetivos e metas são mais ambiciosos e arrojados que os anteriores, além de serem integrados entre si, devendo ser alcançados até o ano de 2030. (ONU, 2018; ONU, 2015). A proposta da Agenda 2030 é ser “um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade” (ONU, 2015, p. 1), dessa forma, os países são estimulados e orientados para seguirem planos de ação que impactam positivamente para o desenvolvimento sustentável do globo. Assim, buscando mais efetividade no desenvolvimento das metas e nos planejamentos das Agenda 2030 deve-se manter atualizações sobre diferentes governos que se sucedem, devendo se refletir nos planejamentos governamentais dos próximos quinze anos, influenciando planejamentos de médio e longo prazo.

Logo, a Agenda 2030 requer uma constante análise de cenário, algo que o cenário brasileiro se mostra regredindo devido ao governo de Jair Bolsonaro, já que foi vivenciado

um cenário de direitos anulados e esquecidos. Mostrando que o Brasil precisa impulsionar políticas públicas que o mantém mais perto que longe das propostas da ODS. Segundo a ONU Mulheres do Brasil, há um grande potencial dessa agenda ser colocada em prática com viés de impulsionar as metas através dos estímulos de raça e gênero.

**Figura 2** - Os Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte – Site oficial da ONU

Apesar dos esforços de manter a pauta em evidência, a ONU tem desenvolvido e trabalhado com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como é possível ver na figura 2, onde quadro de número 10 é denominado como "Redução das Desigualdades". Esse objetivo busca garantir que todas as pessoas tenham acesso a oportunidades iguais, independentemente de sua raça, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade, status socioeconômico ou localização geográfica. Apesar da teoria ser bem estruturada e na melhor das intenções, esse ODS não tem nenhum acompanhamento efetivo voltado para os casos de covid-19 e nem modelo de parâmetro no controle pandêmico. Sendo assim, não é possível medir sua eficiência no período da pandemia do coronavírus, pois não existe nenhum tipo de controle específico sobre os casos e ações tomadas para abranger desigualdade social no combate a contaminação. Com isso, é necessário entender que também não houve uma atuação isolada, a ONU e a OMS contaram com agências regionais para o tratamento especializado em cada país.

Uma das maiores e mais importantes inovações trazidas com a agenda 2030 foi o reconhecimento de que a disparidade econômica e social entre indivíduos, grupos sociais e países afeta a possibilidade de construção de uma agenda de desenvolvimento efetiva. Trata-

se de uma mudança na lógica e no entendimento sobre os meios e os fins do desenvolvimento sustentável. (MENEZES, p.201, 2019)

## **2.2 AS AGÊNCIAS REGIONAIS**

No Brasil, a atuação das agências de saúde em combate à pandemia de COVID-19, estava diretamente relacionada com o Ministério da Saúde e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Importante ressaltar que, o Ministério da Saúde é responsável por coordenar as políticas públicas de saúde em todo o país, incluindo ações de prevenção e controle de doenças. Durante a pandemia, o Ministério da Saúde foi responsável por fornecer orientações e informações sobre a COVID-19, coordenar a distribuição de equipamentos de proteção individual (EPIs) e testes de diagnóstico, além de coordenar a campanha de vacinação contra a COVID-19 no país. E, a ANVISA é responsável pela regulamentação e fiscalização de produtos de saúde, incluindo medicamentos e vacinas. Durante a pandemia, ficou responsável por avaliar e aprovar vacinas e testes de diagnóstico para a COVID-19, além de fiscalizar a produção e distribuição desses produtos. Além dessas agências, outros órgãos e instituições, como o Instituto Butantan e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), desempenharam papéis importantes na produção e distribuição de vacinas no Brasil. A OMS manteve trabalhando em estreita colaboração com os países da América Latina para ajudar a enfrentar esses desafios e melhorar a saúde e o bem-estar de suas populações.

Nos EUA, as agências mais atuantes no combate à pandemia de COVID-19 foram a Agência de Alimentos e Medicamentos (FDA), os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) e o Instituto Nacional de Alergia e Doenças Infecciosas (NIAID). A FDA é responsável pela regulamentação de produtos médicos e farmacêuticos, incluindo vacinas, testes de diagnóstico e medicamentos. Durante a pandemia, desempenhou um papel importante na autorização e aprovação de vacinas e tratamentos para a COVID-19. Os CDC são responsáveis pela coleta e análise de dados de saúde pública e pela elaboração de orientações para profissionais de saúde e o público em geral. Durante a pandemia, os forneceram informações atualizadas sobre a disseminação da COVID-19 e orientações sobre medidas preventivas, comodistanciamento social e uso de máscaras. O NIAID é um instituto de pesquisa do governo federal dos Estados Unidos que se concentra em doenças infecciosas. O diretor do NIAID, Dr. Anthony Fauci, tornou-se uma figura pública conhecida durante a pandemia devido ao seu papel de liderança na resposta dos Estados Unidos à Covid-19.

Diante da vasta atuação dessas agências durante a pandemia do coronavírus, adiante trataremos através de uma breve análise do que foi vivenciado nesse período pelos governos do ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro (2019-2022), e pelo ex-presidente dos EUA, Donald Trump (2016-2020), onde foi escancarado para a sociedade o racismo estrutural vivenciado nesses países.

### 3 BRASIL VS. ESTADOS UNIDOS

"O racismo estrutural é invisível, e por isso é o mais difícil de combater. Ele não é uma ação individual, mas é produzido por um conjunto de instituições e normas que favorecem um grupo e discriminam outros."

(SILVIO ALMEIDA, 2021)

O século XX foi palco de profundas transformações multifacetadas em todo o mundo, de natureza política, cultural, econômica e social, que ocorreram com uma velocidade sem precedentes na história do mundo. Esse processo evidenciou claramente a nova divisão internacional do trabalho, a transnacionalização da produção e do consumo, a fragmentação e difusão das culturas, acompanhada do multiculturalismo, da diluição das fronteiras e da suposta multipolaridade de um mundo até então, antes bipolar e imperial. Declaramos que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e têm o potencial de contribuir construtivamente para o desenvolvimento e bem-estar de suas sociedades. Qualquer doutrina de superioridade racial é cientificamente falsa (Smith, J., & Garcia, M., p.10).

A pandemia de COVID-19 afetou desproporcionalmente a população negra em todo o mundo. Nos Estados Unidos, por exemplo, a população negra representa cerca de 13% da população total, mas compõe aproximadamente 30% dos casos confirmados de COVID-19 e quase 25% das mortes pela doença<sup>5</sup>. No Brasil, dados do Ministério da Saúde indicam que a população negra apresenta maior taxa de mortalidade por COVID-19 do que a população branca. De acordo com o boletim epidemiológico mais recente do Ministério, referente à semana de 20 a 26 de fevereiro de 2022, a taxa de mortalidade por COVID-19 entre a população negra é de 120,2 por 100 mil habitantes, enquanto a taxa entre a população branca é de 72,4 por 100 mil habitantes. Essa disparidade pode ser explicada por diversos fatores, incluindo a maior exposição ao vírus devido a empregos que exigem contato próximo com outras pessoas, maior dificuldade de acesso aos serviços de saúde, maior prevalência de comorbidades como diabetes e hipertensão, além de fatores socioeconômicos como menor

---

<sup>5</sup> Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos Estados Unidos: "COVID-19 Hospitalization and Death by Race/Ethnicity". Disponível em: <https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/covid-data/investigations-discovery/hospitalization-death-by-race-ethnicity.html>

acesso à educação e renda. Além disso, a desigualdade racial também pode estar relacionada à desconfiança e falta de informação da população negra em relação às vacinas contra a COVID-19, o que pode dificultar a vacinação e aumentar o risco de infecção e morte. Em suma, os dados apontam para uma relação entre a população negra e a COVID-19 que mostra a necessidade de políticas públicas voltadas para reduzir as desigualdades raciais e garantir o acesso à saúde e à informação para todos os grupos populacionais.

Muitos diagnósticos, pesquisas e análises têm sido produzidos, no Brasil, sobre a questão racial. Herdeiros dos estudos pioneiros sobre desigualdades raciais nos anos 1970, tais investigações apresentam como propósito elucidar a complexidade das relações e das condições sociopolíticas de negros e não negros que compõem o tecido social no país. Neste sentido, a progressiva mobilização e atuação dos Movimentos Negros e sua crescente presença no espaço público, apresentando demandas e debatendo a necessidade de formulação de políticas públicas específicas e setoriais, revela muito sobre a importância desta temática para a compreensão da realidade social do Brasil, bem como para a constituição de um campo epistemológico relevante no âmbito da produção de conhecimento. Faz-se ainda relevante a reflexão feita por Santos (2009) acerca da denominação “Movimentos Negros”: Qual a relevância de se designar movimentos negros e não apenas Movimento Negro, no singular, como feito geralmente por ativistas, meios de comunicação, agências governamentais e por muitas análises acadêmicas? Exatamente porque a noção de movimentos negros capta e traduz de forma mais consistente a dimensão de multifocalidade, pluralidade e plasticidade existente nesse movimento social. Quando nos referimos a Movimento Negro deixa-se implícito uma harmonia aparente, um amplo consenso nos modos pelos quais esse movimento social tem-se organizado e atuado junto à sociedade. Pelo contrário, os movimentos negros são constituídos por organizações de diferentes tipos, escopos, colorações político-ideológicas, objetivos pragmáticos e condições de atuação junto ao Estado e à sociedade. (SANTOS, 2009, p. 233-234).

Sendo assim, a pandemia de Covid-19 no Brasil e nos EUA, expôs ainda mais as desigualdades estruturais que existem em nossa sociedade. Em um evento, a filósofa Djamila Ribeiro comentou que a pandemia impacta toda a sociedade, mas as mulheres negras são as que mais sentem o impacto, especialmente num país em que o cuidado com a casa e outras pessoas da família é muito ligado ao feminino. E a população negra e pobre é a que mais depende do sistema público de saúde. Essa afirmação foi comprovada com os dados alarmantes da Covid-19. Onde pessoas mais vulneráveis foram e continuam sendo obrigadas a trabalhar em condições de risco para sua saúde e vida, enquanto a falta de acesso a

políticas públicas e direitos fundamentais só perpetua essa situação de desvantagem. É necessário reforçar que isso é decorrente racismo estrutural – evidenciado no primeiro capítulo - visto atualmente na sociedade como um elemento central dessa matriz opressiva interseccional que tem um impacto significativo na saúde e bem-estar da população. Evidenciando, na prática a teoria das classes dominantes, que é um conceito fundamental para compreender a dinâmica do poder nas sociedades modernas. Conhecer e compreender esses conceitos é fundamental para pensarmos em ações que possam contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

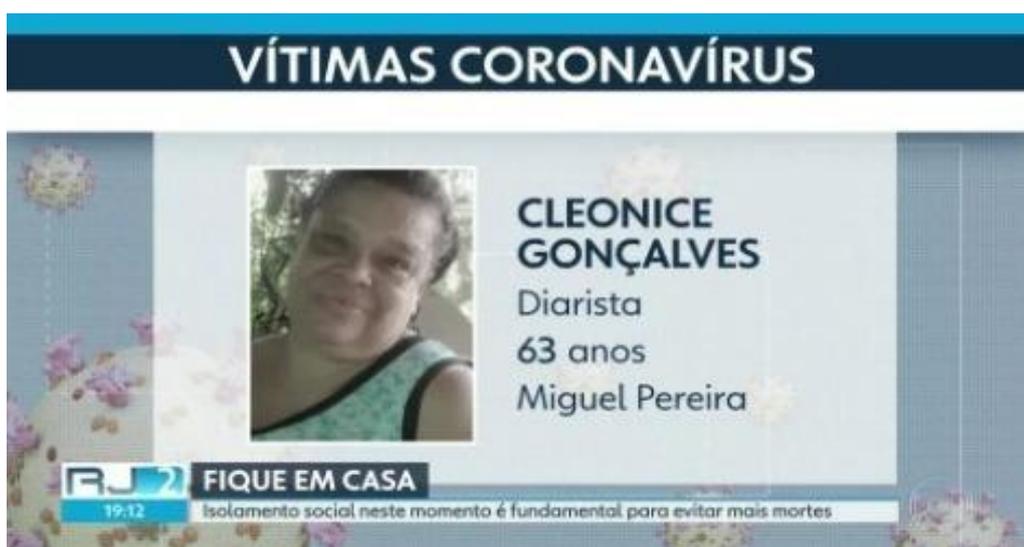
Para enfrentar esses desafios de forma justa e equitativa, é crucial tomar medidas para combater o racismo estrutural em todas as suas formas. Isso pode ser feito através da adoção de políticas de diversidade e inclusão, criação de canais de denúncia de discriminação racial e implementação de ações afirmativas para garantir a igualdade de oportunidades. Além disso, é essencial que nossos governantes assumam a responsabilidade de liderança e compromisso como bem comum, especialmente durante essa crise política e moral que é a pandemia. E que as Organizações Internacionais estejam incisivamente mantendo sua agenda de desenvolvimento em constante aplicação. Somente com essas ações poderemos garantir a equidade na saúde e vida de todos os brasileiros.

Ao contrário de outros países, inclusive do Estados Unidos, no Brasil, há assistência média gratuita, mas sua precarização e sucateamento de recursos só reforça como o Sistema Único de Saúde (SUS) coloca em risco, principalmente, as populações vulnerabilizadas que dependem desse sistema. Durante o período pandêmico, a estrutura racista do país foi exposta de forma ainda mais clara. A falta de acesso a recursos básicos como água encanada e saneamento básico, que afeta predominantemente as comunidades negras e pobres, tornou-se ainda mais problemática com a necessidade de medidas de higiene para evitar a propagação do vírus. Isso exemplifica como funciona o racismo estrutural no Brasil, a partir do momento em que a premissa de não-contaminação é por higiene básica, ignora-se que a população negra é a maior porcentagem de pessoas em situação de vulnerabilidade e consequentemente sem acesso ao saneamento básico.

Além disso, a falta de políticas efetivas de proteção social para trabalhadores informais de baixa renda, que em sua maioria são negros, os colocou em situação de maior vulnerabilidade econômica e sanitária. Um estudo britânico feito na revista Nature, apontou que a transmissão do vírus no Brasil, fez com que a América Latina se torna-se o epicentro da pandemia. No Brasil, os casos do coronavírus começaram a surgir em bairros ricos, onde os moradores estavam chegando de suas viagens na Europa, mas logo foi espelhado para

bairros pobres e periferias. Um reflexo disso, foi o primeiro registro brasileiro de óbito por covid-19, foi no Rio de Janeiro. Onde os patrões que estava em casa usufruindo da quarentena por ter retornado de uma viagem internacional, não dispensaram a empregada doméstica de 63 anos, que continuou trabalhando até passar mal e ser levada ao hospital quando não havia mais chances para ela. A vítima era hipertensa e também tinha diabetes, uma mulher negra e periférica.

**Figura 3** – Notícia da primeira morte por covid-19 no Brasil, 2020



Fonte: RJTV segunda edição do dia 16 de março de 2020.

**Figuras 4** - Negros morrem mais por Covid-19 devido ao racismo.



Fonte: Publicado no site do SISMUC, 2020.

Ambos retratam, ironicamente ou não, como as pessoas mais vulneráveis, muitas vezes, nem tiveram a opção de se protegerem da pandemia. Sendo obrigadas a continuar

trabalhando em condições de risco para saúde e vida de si e dos seus familiares. Reforçando o argumento que as estruturas de desigualdade sociais e raciais no Brasil são fundamentadas em uma matriz opressiva interseccional. Essa matriz inclui elementos: coloniais, classistas e patriarcais. Tudo isso reflete a histórica exclusão desses grupos das políticas públicas e de direitos fundamentais, que cria uma dinâmica de desvantagens e privilégios com base na raça. O combate ao racismo estrutural é, portanto, fundamental para se enfrentar os desafios da pandemia e garantir a equidade na saúde e na vida de todos os brasileiros. Sendo assim, para poder enfrentar os desafios da pandemia de forma justa e equitativa, é de suma importância que medidas sejam tomadas para combater o racismo estrutural em todas as suas formas.

Um exemplo disso seria combater o racismo institucional através do aumento de instituições públicas e privadas trabalhando para eliminar o racismo em suas práticas e políticas. Isso pode envolver a adoção de políticas de diversidade e inclusão, a criação de canais de denúncia de discriminação racial e a implementação de ações afirmativas para garantir a igualdade de oportunidades – dessa forma, conseguimos ampliar o diálogo sobre o racismo. Ao adotar essas medidas, é possível combater o racismo estrutural e garantir a equidade na saúde e na vida de todos os brasileiros, especialmente durante a pandemia. Silvio Almeida, ao discutir sobre as medidas tomadas pelo governo brasileiro sobre o bem-estar da população diz que a pandemia é também uma crise política e moral, que revela a falta de liderança e de compromisso com o bem comum por parte de nossos governantes.

Em 28 de fevereiro do ano passado, a China divulgou o Relatório sobre Violações de Direitos Humanos nos Estados Unidos em 2021<sup>6</sup>. Segundo o relatório, o "vírus" do racismo, profundamente enraizado nos Estados Unidos se espalhou junto com o coronavírus. Crimes de ódio anti-asiáticos ocorreram com frequência, a discriminação contra grupos muçulmanos continuou inabalável, a perseguição racial aos povos indígenas continua e a economia racial e divisão continuam aumentando. A desigualdade racial é cada vez maior. Nos Estados Unidos, o racismo estrutural evidenciado na pandemia foram, através das disparidades de saúde, onde a população negra enfrentou taxas mais altas de infecção e mortalidade por COVID-19.

Isso é resultado de desigualdades no acesso à saúde, sistemas de saúde deficientes em comunidades de minorias raciais e étnicas, maior exposição a condições socioeconômicas desfavoráveis e falta de acesso a informações e recursos adequados. Também foi possível

---

<sup>6</sup> <https://news.cgtn.com/news/2023-03-28/Full-text-Report-on-human-rights-violations-in-U-S-in-2022-1xlHB1qpfq/index.html>

evidenciar através do impacto econômico, onde a crise econômica causada pela pandemia afetou de forma desproporcional os trabalhadores negros e as comunidades de baixa renda. Muitos trabalhadores negros estão empregados em setores essenciais que foram especialmente afetados, como serviços de alimentação, varejo e transporte. Além disso, a falta de rede de segurança financeira e disparidades no acesso a programas de auxílio econômico agravaram a situação.

Outra consequência do racismo estrutural, foi na transição para o ensino à distância durante a pandemia acentuou as desigualdades educacionais existentes. Muitos estudantes negros enfrentaram dificuldades no acesso à tecnologia e à internet, além de falta de apoio e recursos educacionais adequados. Não como consequência exclusiva do período pandêmico, mas como um destaque dessas atitudes, o aumento nas discriminações dentro do sistema judiciais, que durante a pandemia, houve relatos de discriminação racial no cumprimento das medidas de distanciamento social e no policiamento das restrições. As comunidades negras foram alvo de uma aplicação mais rigorosa das medidas, resultando em uma maior incidência de prisões e violência policial. Isso se deu devido ao posicionamento que o governo do Brasil e dos EUA estarem propagando políticas públicas de maneira inconsequente e sem empatia pela população.

### **3.1 A ATUAÇÃO DOS GOVERNOS**

A partir de uma série de discursos controversos e cruéis, Donald Trump e Jair Bolsonaro governaram durante a pandemia de maneiras similares e de atuações distintas. Para melhor compreensão da exposição desses governos, é necessário a entender o contexto e vieses dos governantes. Nos Estados Unidos, Trump manteve um viés anti-imigração e ultraconservador desde as campanhas eleitorais em 2016. No período pandêmico, seu posicionamento xenofóbico e racista foi duramente criticado, assim como suas ideias de mercado aberto que iam contra as indicações da OMS. No Brasil, Bolsonaro foi eleito através da propagação de discursos misóginos, fascistas e racista. Todo seu governo recebeu muitas críticas sobre posicionamentos radicais e ultraconservador. Que atingia seus próprios eleitores. Além de defender o mercado aberto, mesmo no cenário de alta contaminação do coronavírus, ele propagava discursos anti-vacina e acredita na imunização de rebanho<sup>7</sup>.

Ambos trouxeram uma série de informações para a população confusas e contraditórias, onde conseqüentemente “[...] um excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando s e p r e c i s a .” (ORGANIZAÇÃO P A N -AMERICANA DA SAÚDE, 2020, p. 2). A

---

<sup>7</sup> Imunização através do contágio.

frequente busca pela minimização dos riscos de contágio, dos efeitos da doença e do número de mortes, particularmente nas postagens do *Facebook*, é um elemento distintivo que evidencia a semelhança em termos de forma e conteúdo nas estratégias de comunicação adotadas pelos dois líderes políticos.

Nos Estados Unidos, o Donald Trump estava disposto a escancarar ainda mais seu preconceito e xenofobia contra a China. Apesar de uma série de discursos distorcidos, onde ele passava para a população a impressão de ser o melhor governante para a população que se prendia a discursos de alienação. Essa abordagem caracteriza-se como uma manifestação clara de negação da gravidade da pandemia. "Esse é um vírus muito fraco... Vocês não precisam entrar em pânico." (fevereiro de 2020); "Temos o vírus sob controle. Não é uma grande coisa nos Estados Unidos." (março de 2020); "Estamos abrindo nosso país. As pessoas querem voltar ao trabalho." (abril de 2020). Conforme as frases eram ditas, os apoiadores de Donald Trump o apoiavam na desinformação e o número de óbitos só aumentavam.

Apesar das incorrências com as medidas indicadas pela OMS, o governo dos Estados Unidos, implementou várias políticas públicas para combater os impactos da crise sanitária. Essa são algumas das principais medidas adotadas:

1. **Lei CARES (Coronavírus Aid, Relief, and Economic Security):** Essa lei foi promulgada em março de 2020 e destinou cerca de US\$ 2 trilhões para fornecer assistência econômica e alívio financeiro para indivíduos, famílias, empresas e setores afetados pela pandemia. Ela incluiu pagamentos diretos para cidadãos, expansão do seguro-desemprego, empréstimos para pequenas empresas e apoio aos sistemas de saúde.
2. **Operação Warp Speed:** Esse programa foi lançado com o objetivo de acelerar o desenvolvimento, a fabricação e a distribuição de vacinas contra a COVID-19. A iniciativa envolveu parcerias público-privadas e direcionou recursos significativos para pesquisa e desenvolvimento de vacinas.
3. **Diversas restrições de viagens:** O governo Trump implementou várias restrições de viagens para reduzir a propagação do vírus. Isso incluiu a proibição de entrada para pessoas que estiveram em determinados países com alto número de casos, como a China, Irã, Reino Unido e países da União Europeia.

4. **Incentivos fiscais e desregulamentação:** O governo buscou impulsionar a recuperação econômica por meio de redução de impostos para empresas e indivíduos, além de desregulamentação de certas indústrias para agilizar a resposta à pandemia.
5. **Mobilização de recursos e assistência federal:** O governo coordenou ações federais para fornecer assistência e recursos aos estados e governos locais. Isso incluiu a mobilização do Exército para ajudar na montagem de hospitais de campanha e o fornecimento de equipamentos médicos e suprimentos.
6. **Iniciativas de testagem e rastreamento de contatos:** O governo incentivou a expansão da testagem e implementou iniciativas para rastrear e monitorar contatos de pessoas infectadas. Também foram estabelecidas parcerias com empresas privadas para desenvolver e distribuir testes rápidos.

As políticas públicas adotadas pelo governo Trump durante a pandemia foram objeto de debates e críticas, com perspectivas controversas sobre sua eficácia e abordagem para lidar com a crise. As críticas ao governo estavam, no geral, focadas nas consequências da política precoce de reabertura do comércio. Uma pandemia global não foi o suficiente para pausar o comércio da grande potência, mas como toda ação tem uma consequência, os questionamentos a respeito do “timing” de reabertura desencadearam em críticas as políticas públicas aplicadas a população. Cientistas e estudiosos da área, começaram a pressionar sobre a reabertura precoce em abril de 2020, quando os casos nos EUA eram mais de 40 mil óbitos. Segundo o canal jornalístico BBC<sup>8</sup>, os números oficiais dos EUA eram relativos, pois não tinham as especificações de raça já que muitos Estados e cidades não divulgavam a etnia dos pacientes infectados e mortos pelo novo coronavírus.

A crítica sobre a falta de diretrizes nacionais claras, foi argumentada pelo Dr. Anthony Fauci<sup>9</sup>, onde ele acredita que a abordagem coordenada entre os estados resultou em confusão e inconsistências nas medidas adotadas. Consequentemente, isto tornou mais difícil para os cidadãos entenderem as recomendações de saúde e para os estados implementarem estratégias efetivas de controle da pandemia. Outra crítica é sobre o impacto desigual nas comunidades marginalizadas, onde a política de reabertura poderia ter um impacto desproporcional em comunidades marginalizadas e de baixa renda, que têm maior

---

<sup>8</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52267566>

<sup>9</sup> diretor do Instituto Nacional de Alergia e Doenças Infecciosas dos EUA.

probabilidade de enfrentar condições de trabalho inseguras e acesso limitado a cuidados de saúde adequados. Observação levantada por ativistas negros, sobre a possibilidade de agravar as desigualdades sociais e de saúde existentes. Falta de medidas de segurança adequadas: Críticos argumentaram que a política de reabertura não incluía orientações claras sobre medidas de segurança, como o uso obrigatório de máscaras, distanciamento social e protocolos de higiene. Isso poderia aumentar o risco de propagação do vírus e minar os esforços para controlar a pandemia.

Seguindo a mesma linha de atuação dos EUA, o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, manteve seu discurso extremamente alinhado com suas ações. Porém, isso está longe de significar que foi vivido um cenário positivo no Brasil. Após a OMS anunciar situação de mundial, em 26 de janeiro de 2020, Bolsonaro disse em uma entrevista “Estamos preocupados obviamente, mas não é uma situação alarmante. Não existe nenhum caso confirmado no Brasil. Estamos nos preparando para que, se tivermos (contágio) no Brasil, que seja atenuado.”. Após os casos escancararem a gravidade da doença, seu pronunciamento foi a conhecida e angustiante frase "é só uma gripezinha" dita em uma entrevista concedida em 24 de março de 2020. Essa declaração gerou muita repercussão e críticas, pois foi interpretada como uma minimização da gravidade da doença, que já havia se espalhado por diversos países, causando milhares de mortes. Conforme os números foram aumentando, a declaração foi dada por Bolsonaro em abril de 2020, em resposta ao aumento do número de mortes pela COVID-19 no Brasil: "E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Sou Messias, mas não faço milagres.". Desde então, essa frase tornou-se um símbolo das posições controversas de Bolsonaro em relação à pandemia. Jair Bolsonaro foi perverso, xenofóbico e desumano ao descredibilizar uma doença de alto índice letal, ridicularizar o número de mortos, desestimular a vacinação, zombar dos sintomas do coronavírus. A doença respiratória que deixa sequelas físicas e mentais na população foi tratada com descaso pelo chefe de Estado brasileiro.

O governo Bolsonaro implementou algumas políticas públicas específicas para enfrentar os desafios decorrentes da crise sanitária dentro do país. As medidas tomadas foram:

1. **Auxílio Emergencial:** Foi criado um programa de auxílio financeiro denominado Auxílio Emergencial, que consistiu em um benefício mensal concedido a trabalhadores informais, desempregados e pessoas de baixa renda afetadas economicamente pela pandemia. O programa foi

implementado em 2020 e passou por ajustes e prorrogações em diferentes momentos.

2. **Medidas econômicas:** O governo adotou medidas para tentar minimizar os impactos econômicos da pandemia, como a liberação de linhas de crédito para empresas, redução de impostos, suspensão de alguns pagamentos de tributos e flexibilização de regras trabalhistas.
3. **Vacinação contra COVID-19:** O governo lançou o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19, com o objetivo de coordenar a distribuição e a aplicação das vacinas. O programa incluiu a aquisição de doses de vacinas por meio de acordos com diferentes laboratórios e a definição de grupos prioritários para a imunização.
4. **Ampliação de leitos hospitalares:** O governo atuou na ampliação da capacidade de atendimento hospitalar, tanto na rede pública quanto na privada, com o objetivo de garantir a disponibilidade de leitos para pacientes com COVID-19. Foram realizados repasses financeiros e articulações com estados e municípios para aumentar a estrutura hospitalar.
5. **Campanhas de conscientização:** O governo promoveu campanhas de conscientização e informação sobre medidas preventivas, como uso de máscaras, higienização das mãos e distanciamento social.

No entanto, houve divergências e polêmicas em relação às orientações e à gravidade da pandemia. É importante destacar que as políticas implementadas pelo governo Bolsonaro durante a pandemia também foram alvo de debates e críticas, com visões divergentes sobre a efetividade das medidas adotadas e a gestão da crise sanitária. Os próprios integrantes do governo, como o infectologista Júlio Croda, que ocupava a Diretoria do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde, anunciou sua demissão com a justificativa: “Não quis ser responsável por essa recomendação equivocada contra o isolamento social e por um número importante de óbitos”. Os governantes discordavam entre si sobre quais orientações seguir em cada estado, onde alguns tentavam fugir das orientações de abertura quando os números passavam de 5.063<sup>10</sup> óbitos, e outros mantiveram o comércio em funcionamento na mesma situação.

Tendo em vista essas políticas públicas, o racismo estrutural ficou evidente em várias

---

<sup>10</sup> Contagem de 28 de abril de 2020.

formas, aprofundando as desigualdades existentes e afetando de maneira desproporcional comunidades racialmente marginalizadas. “O racismo é mutável e se expressa de diversas maneiras. Durante décadas, muitos de nós argumentamos que o racismo é principalmente institucional, estrutural e sistêmico, não simplesmente as atitudes de indivíduos. E durante a pandemia do Covid, vimos um número desproporcional de negros e indígenas morrendo por causa do racismo no sistema de saúde americano. [...] E as pessoas, eu acho, começaram a fazer a conexão entre essas instituições sociais que são racismo e assistência médica, racismo e policiamento, racismo e prisão”. (DAVIS, 2022)

Foi possível vivenciar a colocação de Angela Davis através da análise dos impactos do racismo estrutural durante esse período incluem: *Disparidades na saúde*: Grupos raciais minoritários enfrentaram taxas mais altas de infecção e mortalidade por COVID-19 devido a uma série de fatores, incluindo maior exposição ao vírus devido a trabalhos essenciais em condições precárias, acesso limitado a cuidados de saúde de qualidade e desigualdades pré-existentes nas condições de saúde devido a disparidades raciais em acesso à saúde. *Acesso desigual a recursos e apoio*: Durante a pandemia, ficou evidente que comunidades marginalizadas, muitas vezes compostas por indivíduos pertencentes a minorias raciais, tiveram acesso limitado a recursos essenciais, como equipamentos de proteção individual, testes, tratamento médico e suporte financeiro. Isso reflete as desigualdades estruturais existentes que deixam essas comunidades em maior vulnerabilidade. *Discriminação e estigmatização*: Houve um aumento de incidentes de discriminação e estigmatização direcionados a pessoas de origem asiática, erroneamente associadas ao vírus, perpetuando preconceitos e alimentando atos racistas. *Impacto econômico*: Comunidades de minorias raciais foram desproporcionalmente afetadas pelas consequências econômicas da pandemia, enfrentando altas taxas de desemprego, perda de renda e insegurança financeira. Essas disparidades econômicas estão relacionadas a barreiras estruturais e acesso limitado a oportunidades educacionais e profissionais equitativas.

Esses exemplos destacam como o racismo estrutural durante a pandemia exacerbou as desigualdades existentes, tornando necessário enfrentar essas disparidades sistêmicas e implementar políticas públicas que abordem de maneira efetiva o impacto desproporcional nas comunidades marginalizadas. A luta contra o racismo estrutural exige uma abordagem interseccional e uma dedicação contínua para criar uma sociedade mais justa e igualitária para todos, independentemente da origem racial ou étnica.

## CONCLUSÃO

Apesar dos esforços da ONU em promover a igualdade racial e combater o racismo durante a pandemia da COVID-19, a organização enfrenta desafios significativos, como a falta de vontade política dos países e a escassez de recursos financeiros. No entanto, a OMS, como uma agência especializada da ONU, desempenhou um papel importante na coordenação e orientação da resposta global à pandemia, fornecendo diretrizes, apoio técnico e logístico, além de promover a cooperação internacional em pesquisa e desenvolvimento de medicamentos junto com as agências regionais dos países envolvidos nessa análise.

A pandemia expôs as desigualdades sociais e econômicas, bem como a falta de recursos para investir em sistemas de saúde mais robustos, revelando a necessidade contínua de fortalecer as ações da OMS e da ONU para enfrentar esses desafios e garantir a saúde e o bem-estar de todas as pessoas, independentemente de sua raça ou origem étnica. Além disso, a implementação da Agenda 2030, com destaque para o ODS 10 - Redução das Desigualdades, pode contribuir para a promoção da igualdade racial e o combate ao racismo, desde que haja um monitoramento efetivo e ações específicas para enfrentar as desigualdades no contexto da pandemia. As desigualdades raciais existentes, especialmente nos Estados Unidos e no Brasil, foram escancaradas. Nos dois países, a população negra foi desproporcionalmente afetada pela doença, apresentando taxas mais altas de infecção e mortalidade. Isso pode ser atribuído a vários fatores, como maior exposição ao vírus devido a empregos que exigem contato próximo com outras pessoas, dificuldade de acesso aos serviços de saúde, maior prevalência de comorbidades e desigualdades socioeconômicas.

Além disso, a desconfiança e falta de informação da população negra em relação às vacinas contra a COVID-19 também contribuíram para dificultar a vacinação e aumentar o risco de infecção e morte. Esses dados destacam a necessidade de políticas públicas que reduzam as desigualdades raciais e garantam o acesso à saúde e à informação para todos os grupos populacionais. No Brasil e nos EUA, os Movimentos Negros têm se mobilizado e atuado cada vez mais, apresentando demandas e debatendo a necessidade de políticas públicas específicas e setoriais. Essa mobilização é fundamental para compreender a realidade social do país e combater o racismo estrutural.

A estrutura racista desses países foi exposta de forma ainda mais clara durante esse período, com a falta de acesso a recursos básicos, como água encanada e saneamento

básico, que afetam predominantemente as comunidades negras e pobres. A falta de políticas efetivas de proteção social para os trabalhadores informais e de baixa renda, em sua maioria negros, também os colocou em maior vulnerabilidade econômica e sanitária. Em ambos os países, o racismo estrutural foi evidenciado pelas disparidades de saúde, econômicas e educacionais durante a pandemia. Ambos os países sofreram com negacionismo partindo dos governos.

Em resumo, a relação entre raça, racismo, regimes internacionais e saúde é um tema quemerece maior atenção e estudo. A falta de debates sobre os impactos da discriminação racial a nível internacional destaca a necessidade de investigações mais específicas sobre o assunto.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, S. (2021). O que é racismo estrutural? São Paulo: Politize! Disponível em: <https://www.politize.com.br/o-que-e-racismo-estrutural/>. Acesso em: 26 mar. 2023.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- Carvalho, Priscila Ramos; Castro, Paulo César; Schneider, Marco André Feldman.
- Desinformação na pandemia de Covid-19: similitudes informacionais entre Trump e Bolsonaro**. Em *Questão*, vol. 27, núm. 3, 2021 Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=465668004002>
- DAVIS, Angela. Angela Davis ao Fantástico: 'O racismo é mutável e se expressa de diversas maneiras. Portal G1. 21 de novembro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/11/21/angela-davis-ao-fantastico-o-racismo-e-mutavel-e-se-expressa-de-diversas-maneiras.ghtml>. Acesso: 20 de maio de 2023
- DE MENEZES, Henrique Zeferino. CAPÍTULO 10—ODS 10 “REDUZIR A DESIGUALDADE DENTRO DOS PAÍSES E ENTRE ELES”. **OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**, p. 201.
- FURTADO, Nayara Frutuoso. **A agenda 2030 e a redução de desigualdades no Brasil: análise da meta 10.2**. 2018.
- GONZALEZ, Lélia. **A democracia racial: uma militância**. Entrevista à Revista Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (SEAF) em 1985, republicada em UAPÊ Revista de cultura n.º 2 – “Em cantos do brasil”.
- JONES, C. P. . **Níveis de racismo: um quadro teórico e uma história de jardineiro**. Publicado no jornal americano de saúde, 90(8), 1212-1215.
- JONES, C. P. **Confronting institutionalized racism**. *Phylon*, Atlanta v. 50, n.1, p. 7-22, 2002.
- LE MOS, D. H. C. (2022). **Raça e Racismo nas Relações Internacionais**. *Portal De Trabalhos Acadêmicos*, 3(1).
- LOPES, I. da S. Ausência de raça e gênero no enfrentamento da pandemia no Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [S. l.], v. 15, n. 2, 2021. DOI: 10.29397/reciis.v15i2.2409.
- MILLS, Charles. **O Contrato Racial**. Ithaca, Nova Iorque: Cornell University

Press,1997.

MOURA, C. O Racismo como arma ideológica de dominação. Revista Princípios, São Paulo, n. 34, 1994.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2018.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015.

QUIJANO, Aníbal. **“Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”**. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 118-142. (Colección Sur Sur)ROTHER, E.T. **Revisão sistemática x pesquisa narrativa**. São Paulo: Acta Paulista de Enfermagem, v.20, n. 2, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa e AVRITZER, Leonardo. **Para ampliar o cânone democrático**. In. **SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.)**. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”:** **raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. Ano 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.